

A DIVULGAÇÃO DE CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE DA LITERATURA E DO ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO

THE DISSEMINATION COURSES IN DISTANCE EDUCATION: AN ANALYSIS OF LITERATURE THE CURRENT BRAZILIAN SCENARIO

Valdenise Schmitt¹
Claudia Mara Scudelari de Macedo²
Vânia Ribas Ulbricht³

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo propor um conjunto de informações desejável na divulgação de cursos e programas a distância ofertados no Brasil. São apresentados aspectos históricos e conceituais da educação a distância; informações que devem ser verificadas antes de se optar por esta modalidade de ensino e informações que as instituições devem divulgar sobre seus cursos. Além disso, é apresentada uma pesquisa de campo realizada em sites de instituições brasileiras de ensino superior a distância que, agregada a revisão da literatura, permitiu a elaboração de um guia brasileiro de divulgação de cursos e programas a distância. Conclui-se que quanto mais transparentes forem as informações sobre a organização e o funcionamento de cursos e programas a distância e quanto mais conscientes estiveram os estudantes de seus direitos, deveres e atitudes de estudo, maior a credibilidade das instituições e mais bem-sucedidas serão as experiências na modalidade a distância.

Palavras-chave: Educação a Distância. Internet. Divulgação de cursos a distância.

ABSTRACT:

The purpose of this paper is to propose a model of relevant information when publicizing distance learning courses and programs offered in Brazil. The Historic and conceptual aspects of distance education are presented; information that must be verified before opting for this modality of teaching and information that institutions should make public about their courses. And then, is a field research sites in Brazilian institutions of distance higher education that combined the review of the literature, permitted the development of a Brazilian guide the dissemination of the distance courses and programs. It follows that institution's credibility and the success of the distance learning is a direct function of the transparency of the information about the organization and functionality of the distance courses and programs, as well of the students' awaraness about their rights and duties.

Key-words: Distance Learning. Internet. Publicizing distance learning courses.

¹ Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC, sob orientação do professor Francisco Antonio Pereira Fialho; bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. E-mail: val.schmitt@gmail.com.

² Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC; professora e conteudista de material didático para ambiente virtual de aprendizagem da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: claudia.scudelari@gmail.com.

³ Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Mestrado Acadêmico em Design da Universidade Anhembi Morumbi (SP). Professora Voluntária dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). E-mail: ulbricht@floripa.com.br.

1 Introdução

A Educação a Distância (EaD) tem uma “longa história de experimentações, sucessos e fracassos” (NUNES, 1994). A trajetória começa com iniciativas isoladas, como as epístolas de São Paulo aos cristãos da Ásia Menor (PETERS, 2003).

As estratégias utilizadas ainda hoje na EAD têm origem nas experiências desenvolvidas no século XVIII na Grã-Bretanha, Estados Unidos e Inglaterra (MOORE; KEARSLEY, 1996). Naquela época, os serviços postais eram utilizados para transmitir a mensagem do professor para o aluno (RUMBLE, 2000).

O desenvolvimento tecnológico permitiu que novos meios de comunicação fossem utilizados na mediação didático-pedagógica. Nos últimos dois séculos, segundo Anohina (2005), as tecnologias de comunicação e informação (TICs), agregadas aos meios tradicionais de ensino, vêm oferecendo novas oportunidades para a aquisição de conhecimento ao permitirem a escolha do tempo, local, ritmo e “quantidade” de aprendizagem.

Neste contexto, cada vez mais, cidadãos e instituições vêm na EAD “um meio de democratizar o acesso ao conhecimento e de expandir oportunidades de trabalho e aprendizagem ao longo da vida” (CASTRO NEVES, 2003, p. 3).

A EAD “apresenta-se, hoje, como uma possibilidade concreta e importante para a aprendizagem que é apontada como uma condição permanente e indispensável para os sujeitos da sociedade da informação” (CERNY, 2003, p. 14). Este fato, aliado a outros fatores, certamente está impulsionando a crescente oferta de cursos e programas⁴ a distância em todo o mundo, bem como o número de matriculados nesta modalidade educacional.

Considerando a importância de conhecer o funcionamento dos cursos e programas, assim como os direitos, deveres e atitudes de estudo, este artigo tem por objetivo propor um conjunto de informações desejável na divulgação de cursos e programas brasileiros na modalidade a distância, em particular, àqueles ofertados via *World Wide Web* (Web).

A seção a seguir contextualiza a EAD; a seção 3 apresenta informações essenciais que devem ser levadas em consideração durante o processo de seleção e escolha de um determinado curso ou instituição; a seção 4 apresenta, segundo a literatura, o que os provedores de cursos e programas a distância devem divulgar nos editais e materiais de divulgação. A seção 5 analisa as informações disponibilizadas nos sites de algumas instituições credenciadas para a oferta de ensino a distância, nomeadamente dos cursos de administração a distância. Confrontadas as informações encontradas nos sites, com as referências atuais sobre o tema, recomenda-se um conjunto de informações desejáveis na divulgação de cursos e programas a distância via Web no Brasil. Finalmente, apresentam-se algumas considerações conclusivas da investigação.

⁴ As palavras “curso” e “programa” são utilizadas com significado diferente nos programas de aprendizagem a distância. Usa-se curso como referência a todos os níveis educacionais e programa para referir-se aos programas de áudio e vídeo que fazem parte de um curso ou como um rótulo genérico para indicar o total de cursos oferecidos por uma instituição, unidade, consórcio ou programa de EAD (MOORE; KEARSLEY, 1996).

2 Educação a distância: uma breve introdução

Ao longo dos anos, vários autores vêm tentando oferecer uma definição clara do que é EAD. Os primeiros que a conceituaram, acabaram qualificando-a pelo que ela não era, uma vez que buscavam comparar a EAD com a educação convencional. Somente a partir da década de 70 e 80 do século passado é que aparecem conceitos que procuraram definir a EAD a partir de suas características e de seus elementos constitutivos (NUNES, 1994).

Para Moore e Kearsley (1996), quase todos os conceitos e definições tem como essência a separação de alunos e professores pela distância e, às vezes, pelo tempo. Todavia, a definição mais citada é a apresentada por Desmond Keegan em 1980 quando esse fundou o Jornal Australiano de Educação a Distância e publicou o que denominou de “*four generally accepted definitions of distance education*”⁵. Keegan (1980 apud Moore; Kearsley, 1996, p. 206) acreditava que uma definição compreensiva de EAD devia apresentar os seguintes elementos:

- separação de professor e estudante
- influência de uma organização institucional, especialmente no planejamento e preparação de materiais educacionais
- uso de meios técnicos
- provisão de comunicação bidirecional
- possibilidade de seminários ocasionais
- participação em uma forma mais industrial de educação

Neste artigo, entende-se EAD como a “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.” (BRASIL, 2005, p. 1).

2.1 Origem e evolução da Educação a Distância

Segundo Keegan (1996, p. 7-8), a EAD “não foi possível sem o desenvolvimento da tecnologia, especialmente em transporte e comunicação.” A origem recente, conforme mencionado anteriormente e para muitos autores, “está nas experiências de educação por correspondência iniciadas” no século XVIII (NUNES, 1994); certamente, desde 1840 quando Isaac Pitman começou a ensinar taquigrafia por correspondência na Grã-Bretanha (MOORE; KEARSLEY, 1996; RUMBLE, 2000).

Nesses 169 anos de história, considerando a data de 1840, a EAD vem utilizando diferentes meios e tecnologias⁶ para instruir alunos a distância. Esses meios foram tomados como parâmetro para dividir a história da EAD em diferentes estágios ou gerações.

Ao analisar as gerações propostas por Moore e Kearsley (1996), Rumble (2000) e Taylor (2001) conclui-se que: (a) os três autores concordam que a primeira geração corresponde aos cursos por correspondência que utilizavam a tecnologia impressa ou material manuscrito, apontado por Rumble (2000), para ensinar alunos a distância; (b) a segunda geração caracteriza-se pelo uso de tecnologias de áudio e vídeo utilizadas ou não em conjunto com a tecnologia impressa; (c) a terceira

⁵ Em português, quatro definições aceitas geralmente para educação a distância.

⁶ Para Rumble (2000, p. 41), meio é “uma forma genérica de comunicação associada a formas particulares de representar conhecimento”, por exemplo, “contato humano (presencial), texto (incluindo representações gráficas), áudio, televisão, e computação”, ao passo que tecnologia pode ser entendida como “o veículo que transporta o meio”.

geração, para Moore e Kearsley (1996), já emprega a tecnologia mediada por computador, enquanto que para Rumble (2000) a tecnologia mediada por computador caracteriza a quarta geração e para Taylor (2001), a quarta e a quinta geração. O Quadro 1 apresenta as tecnologias empregadas na EAD de acordo com tais autores.

Gerações de EAD	Moore e Kearsley	Rumble	Taylor
Primeira geração	tecnologia impressa	tecnologia impressa ou material manuscrito	tecnologia impressa
Segunda geração	tecnologia de áudio e vídeo	tecnologia de áudio e vídeo	tecnologia impressa, áudio e vídeo
Terceira geração	tecnologia mediada por computador	tecnologia impressa, áudio e vídeo	tecnologias de áudio e vídeo
Quarta geração		tecnologia mediada por computador	tecnologia mediada por computador
Quinta geração			tecnologia mediada por computador (baseada na exploração de novas tecnologias)

Quadro 1 - Tecnologias empregadas na EAD

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com base no Quadro 1 é possível inferir que a história da EAD pode ser dividida em três grandes grupos de acordo com o tipo de tecnologia empregada: (1) impressa, (2) áudio e vídeo, e (3) mediada por computador, concordando dessa forma, com a classificação proposta por Moore e Kearsley (1996). A divergência entre os autores justifica-se pelo emprego de tecnologias combinadas e/ou, no caso de Taylor (2001), pela exploração de novas tecnologias mediadas por computador.

O que se percebe, analisando a literatura e os cursos ofertados nos últimos anos, é que nenhuma geração substituiu completamente a anterior. De fato, ainda existe no mercado a oferta de “diferentes sistemas de aprendizagem a distância co-existindo pelo mundo” (RUMBLE, 2000). Assim como, um *mix* de tecnologias sendo utilizadas em conjunto em cursos e programas de EAD.

Para Anderson e Elloumi (2004), a co-existência dos sistemas de EAD é uma forma de manter o sistema de EAD viável, uma vez que nem todos os alunos têm condições financeiras para adquirir os aparatos tecnológicos e a tecnologia necessária para participar de cursos on-line a distância.

Nesse sentido, Rumble (2000, p. 45) pontua: “as tecnologias mais recentes não são necessariamente melhores que as antigas. O importante é que elas possibilitem aos professores ensinar e aos alunos, aprender, e que elas possam ser operacionalizadas.”

No Brasil, a EAD “tem como marco histórico a implantação das "Escolas Internacionais" em 1904”. (ALVES, 1999, p. 1). Para Nunes (1993, 1994), a história da EAD no Brasil foi marcada pela descontinuidade de muitos projetos, principalmente governamentais. Para Alves (2005, p. 1), houve êxitos e fracassos, prova disso é que existe ainda no País “um número pequeno de estabelecimentos de ensino adotando essa metodologia.”

Muitos aspectos da EAD precisam ser mais investigados e, outros, explorados. Este fato não está impedindo que instituições de ensino superior sejam credenciadas e passem a ofertar cursos e programas a distância de forma experimental no Brasil. Para escolher um curso ou programa de qualidade é preciso avaliar alguns aspectos que são discutidos a seguir.

3 Aspectos a serem avaliados pelos possíveis alunos de cursos e programas a distância

Antes de se matricular em um programa ou curso a distância, o potencial aluno deve se conscientizar que estudar a distância exige, assim como no ensino convencional, dedicação e tempo disponível para estudar. Além disso, exige “perseverança, autonomia, capacidade de organizar o próprio tempo, domínio de leitura, interpretação e, eventualmente, de tecnologia” (CASTRO NEVES, 2003, p. 14). Por isso, o candidato a modalidade de ensino a distância deve fazer avaliações realistas de suas atitudes pessoais e de seu comprometimento acadêmico, da sua capacidade de autonomia e aprendizagem colaborativa, da sua prontidão acadêmica, de seus recursos financeiros, de seu tempo disponível, como também de seu acesso e alfabetização em tecnologias e recursos (SHERRY, 2003).

Tomando por base os aspectos propostos por Strong e Harmon (1997), por Barker (1999), pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) (2006) e pelo Decreto 5.622 (BRASIL, 2005), os itens abaixo podem ajudar um potencial aluno a se decidir por um curso:

- critérios para ingresso: titulação exigida e necessidade de aprovação em processo seletivo
- carga horária do curso, principalmente o número de créditos obrigatórios e como esses estão distribuídos no programa
- duração do curso: oferta de duração mínima e máxima ou duração pré-definida
- nível do curso: atualização profissional ou profissionalizante (ensino médio, graduação, pós-graduação)
- conteúdo das disciplinas
- formas de avaliação do curso: provas, atividades, leitura dirigida
- regulamentos institucionais referentes à conclusão: normas para avançar, interromper ou prorrogar o prazo de conclusão do curso
- serviços de suporte técnico, de apoio pedagógico, orientação acadêmica, etc.
- recursos institucionais disponíveis, por exemplo, biblioteca e tutorias individuais
- tipo de equipamentos exigidos no curso, tais como computador, *webcam* e microfone
- investimento e custos diretos e indiretos envolvidos
- necessidade de encontros virtuais ou presenciais programados
- credenciamento e autorização do Ministério da Educação (MEC) para os cursos superiores, de pós-graduação *Lato sensu* e seqüenciais, bem como validação do Conselho Estadual de Educação para os cursos a distância de ensino médio ou supletivo
- possibilidade de aulas teste para avaliação da interatividade e do material didático
- idoneidade e reputação da instituição responsável, dos coordenadores e dos professores do curso
- titulação do corpo docente
- opinião de alunos ou ex-alunos do curso
- índices de evasão
- tipo de interação (síncrona ou assíncrona) entre professores/alunos e alunos/alunos
- possibilidade de aceite de transferência e aproveitamento de estudos realizados em cursos e programas presenciais⁷

Na seção seguinte listam-se as principais informações que devem ser divulgadas pelos provedores de cursos a distância aos potenciais estudantes (consumidores). Algumas destas informações são

⁷ O Decreto no. 5.622 de 19 de dezembro de 2005, Art. 3, parágrafo 2º. estabelece: “Os cursos e programas a distância poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.” (BRASIL, 2005).

também apontadas pela literatura como aspectos a serem verificados pelos potenciais alunos, conforme apresentados nesta seção.

4 O que as instituições de ensino devem divulgar sobre seus cursos e programas a distância

Segundo o Decreto no. 5.622 de 19 de dezembro de 2005, as instituições credenciadas para a oferta de educação a distância devem apresentar no material de divulgação dos cursos e programas a distância, “atos de credenciamento, autorização e reconhecimento”, bem como “informações a respeito das condições de avaliação, de certificação de estudos e de parceria com outras instituições.” (BRASIL, 2005).

Além dessas informações, outras são sugeridas por Barker (1999), Castro Neves (2003) e Lezberg (2003), assim como pela Associação Brasileira de Educação a Distância (2006), pela *International Association For Continuing Education & Training* (2006) e pelo Formulário de verificação *in loco* (BRASIL, 2006).

Reunindo e confrontando as sugestões de tais autores, das associações, do Decreto n. 5.622 e do Formulário de Verificação *in loco*, as instituições de ensino devem informar em toda publicidade, assim como no edital dos cursos e programas o que segue:

- pré-requisitos para ingresso (por exemplo, titulação e aprovação em processo seletivo)
- número ideal de horas de estudo por dia/semana
- competências e habilidades tecnológicas necessárias
- existência de módulo introdutório – obrigatório ou facultativo – que leve ao domínio de conhecimentos e habilidades básicas referente à tecnologia utilizada e/ou ao conteúdo programático do curso
- custos diretos e indiretos envolvidos (por exemplo, com mensalidades e material didático)
- condições para interromper temporariamente os estudos
- condições para abreviar a duração do curso, conforme prevê o artigo 47, parágrafo 2º. da Lei 9.394/96
- recursos de ajuda financeira (no caso de cursos pagos)
- documentos legais que autorizam o funcionamento do curso
- parcerias com outras instituições
- nível
- grade-curricular
- carga horária
- duração
- ementa das disciplinas
- apresentação dos professores, de preferência com mini-curriculo
- períodos/locais de presença obrigatória para provas, estágios ou aulas de laboratório
- tipos de interação e de comunicação disponíveis para contato com o professor ou tutor
- interação necessária com o professor ou tutor
- mídia(s) utilizada(s) para disponibilizar o conteúdo (no caso de cursos on-line, as características mínimas que o equipamento do aluno deve ter e a disponibilidade de aluguel)
- critérios de avaliação da aprendizagem
- serviços de apoio acadêmico (professores e tutores)
- recursos de aprendizagem (ambiente virtual de aprendizagem)
- serviços de apoio técnico (monitoria, tutorial para instalação de programas)

5 Pesquisa de campo

Com bases nas informações indicadas na literatura que devem ser verificadas pelos potenciais alunos antes de se matricularem em um curso a distância e nas informações que devem ser divulgadas pelas instituições provedoras de cursos e programas a distância, estabelecidas na legislação, associações e literatura, foi elaborado e aplicado um questionário, em outubro de 2007, para verificar quais informações estavam sendo efetivamente divulgadas pelas instituições provedoras de cursos superiores na modalidade a distância.

5.1 Amostra

Nesta pesquisa, optou-se por utilizar uma amostra não probabilística intencional ou de seleção racional (RICHARDSON, 1999). Dentro do universo de 152 instituições brasileiras de ensino superior credenciadas, até dezembro de 2006, para oferecer programas de Educação a Distância, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (2007), selecionou-se as 15 primeiras instituições credenciadas, conforme o Quadro 2.

Instituições Credenciadas		
Nome	UF	Ano
1 - Universidade Federal do Pará (UFPA)	PA	1998
2 - Universidade Federal do Ceará (UFCE)	CE	1998
3 - Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)	SC	2000
4 - Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	2000
5 - Universidade Braz Cubas (UBC)	SP	2000
6 - Faculdade de Educação São Luis (FESL)	SP	2000
7 - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	MT	2001
8 - Faculdade de Administração de Brasília (FAC)	DF	2001
9 - Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	2001
10 - Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)	RJ	2001
11 - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	MS	2001
12 - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	ES	2001
13 - Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	MA	2001
14 - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	RS	2001
15 - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	MG	2002

Quadro 2 - Primeiras 15 instituições credenciadas para ofertar programas de EaD no Brasil
Fonte: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (2007).

Ao visitar os sites das instituições selecionadas na amostra, fim de setembro, início de outubro de 2007, verificou-se que seria necessário estratificar ainda mais a amostra, visto que nem todas as instituições ofertavam os mesmos cursos (a análise de informações de cursos diferentes poderia distorcer no resultado final da pesquisa). Neste contexto, decidiu-se analisar as informações disponibilizadas pelo curso superior que fosse ofertado por um número maior de instituições. O curso superior em Administração, ofertado por 9 instituições (destacadas no Quadro 2 em negrito) passou então a ser objeto de análise.

5.2 Elaboração do questionário

O questionário foi elaborado com base nos pontos que os potenciais alunos devem verificar antes de se matricularem em um curso a distância e nas informações que devem ser divulgadas pelas instituições. Apenas o item *idoneidade e reputação da instituição responsável, dos coordenadores e dos professores do curso*, descrito na seção 3 deste artigo, foi suprimido do questionário, por se tratar de avaliação qualitativa não divulgada pela comunidade acadêmica.

5.3 Procedimentos de coleta e análise dos dados

A metodologia de busca e acesso aos sites obedeceu a seguinte ordem: 1. Acesso a *homepage* das universidades; 2. Acesso ao núcleo, secretaria, instituto ou departamento de educação a distância; 3. Acesso ao curso de Administração, através do menu cursos. Destaca-se que o curso de administração da UFPA, da UFCE e da UFPR, uma vez acessados pelo menu Cursos, são visualizados em páginas independentes, sem que se possa voltar a página do núcleo, secretaria, instituto ou departamento via menu lateral.

Por meio da aplicação do questionário tentou-se apurar se as instituições selecionadas ofereciam ou não as informações citadas neste artigo. Não se avaliou a qualidade das informações, apenas a sua presença ou ausência.

5.4 Coleta e análise dos resultados

A coleta de dados foi realizada no período de 01 a 05 de outubro de 2007. Das nove instituições que ofertavam o curso de Administração de Empresas no período desta pesquisa; cinco continham informações sobre *pré-requisitos para ingresso*. Quatro instituições não especificavam a necessidade da conclusão do ensino médio ou a aprovação em processo seletivo para ingressar no curso.

Com relação ao *tempo ideal de horas que o aluno deve dedicar ao curso por dia/semana*, nenhuma das instituições apresentava tal informação. Sobre o assunto, a UFOP apenas informava: “Nesta modalidade [EAD] o aluno é sujeito que vai administrar a própria aprendizagem, construindo seu próprio método para melhor aproveitar os conteúdos disponibilizados por meio eletrônico e/ou impresso. Deverá se conscientizar de que estuda para seu próprio aperfeiçoamento profissional e de que é o responsável central neste processo.” Ressalta-se que este item recomendado por Castro Neves (2003), nos Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância, não era informado nos sites pesquisados.

As *competências e habilidades tecnológicas* necessárias para o acompanhamento dos cursos também não eram mencionadas pelas instituições. Em cursos que utilizam plataformas de aprendizagem este aspecto deve ser especificado, visto que noções básicas de informática e de navegação na *Web* são requisitos importantes.

A existência de *módulo introdutório* – obrigatório ou facultativo – que leve ao domínio de conhecimentos e habilidades básicas, referentes à tecnologia utilizada e/ou ao conteúdo programático do curso, assegurando a todos um ponto de partida comum, estava previsto na grade curricular do curso de administração em quatro instituições. Em todas as grades curriculares das instituições, o módulo introdutório aparecia sob a denominação Educação a distância. Como se percebe, para quase metade das instituições era importante oferecer aos alunos iniciantes informações sobre a modalidade a distância.

Ao investigar se as instituições discriminavam os *custos diretos e indiretos envolvidos*, isto é, todos os gastos referentes à mensalidades, material didático e taxas, dentre as oito instituições públicas, observou-se que apenas uma especificava que o curso era gratuito. Em relação aos custos indiretos, apenas uma dentre estas instituições públicas, fazia referência, mesmo que de forma implícita, ao pagamento do material didático. A Faculdade de Administração de Brasília (FAC), única instituição particular da amostra, discriminava o custo referente à matrícula e as mensalidades.

Em relação às *normas para interromper temporariamente ou prorrogar a conclusão do curso*, nenhuma das universidades públicas apresentava esta informação, exceto a Faculdade de Administração de Brasília.

Quanto às *normas para abreviar a duração do curso*, as instituições não explicitavam claramente esta possibilidade, prevista pelo artigo 47, parágrafo 2º. da Lei 9.394/94.

A FAC informava as *fontes de recursos de ajuda financeira*. As demais instituições, por serem públicas, não faziam referência a esta informação, considerada pelas autoras desse artigo, decisória para os alunos que desejam fazer um curso a distância em uma universidade particular, mas não tem recursos financeiros para frequentar o curso.

Nenhuma das instituições públicas apresentava os *documentos legais* que autorizavam o funcionamento do curso de administração. Somente a FAC apresentava o credenciamento e a autorização expedidos pelo MEC.

Três instituições informavam que o curso era oferecido em *parceria com outras instituições*, sendo que uma delas listava as instituições parceiras. As outras, apenas comunicavam que o curso era oferecido em parceria com outras instituições de ensino.

Em relação ao *nível do curso*, todas as instituições informavam que se tratava de um curso de graduação a distância.

A *grade-curricular* do curso estava presente em quase todos os sites, com exceção de dois. Quanto ao conteúdo das grades-curriculares, tais não apresentavam homogeneidade de informações.

A *carga-horária* total do curso também não era informada por duas instituições, as demais instituições indicavam esta informação nos sites.

Apenas uma entre as instituições pesquisadas não informava a *duração do curso*. Destaca-se aqui, a iniciativa de uma das instituições de informar o tempo mínimo e máximo para a conclusão do curso. A flexibilidade no prazo de conclusão respeita o ritmo individual de aprendizagem, uma das características da modalidade de ensino a distância.

Mais da metade das instituições, cinco entre as nove consultadas, não apresentava *ementa das disciplinas*. Ao analisar as ementas das instituições que as apresentavam, observou-se que o conjunto de itens considerados essenciais não aparecia, por exemplo, objetivo da disciplina, sumário, bibliografia e critérios de avaliação.

Com relação ao corpo docente, seis sites institucionais, omitiam o *nome dos professores do curso, com sua respectiva titulação ou mini-curriculo*. A titulação dos professores seguramente é uma informação que pode transmitir credibilidade ao curso, assim como a experiência demonstrada nos mini-curriculos.

Segundo a legislação (BRASIL, 2005), a EAD exige momentos presenciais obrigatórios para provas, estágios, defesa de trabalhos e aulas de laboratório. Nos cursos consultados, somente três informavam sobre *períodos/locais de presença obrigatória* para a realização de provas. Seis instituições não informavam que em determinado momento do curso o aluno deveria se deslocar até a sede ou pólos da instituição para realizar provas ou outras atividades.

Os *tipos de interação* síncrona e assíncrona não eram discriminados pela maioria das instituições. Somente três instituições apontavam os tipos de ferramentas que seriam utilizados para mediar a

comunicação professor/tutor e aluno. O ambiente virtual de aprendizagem foi a ferramenta citada pelas três instituições.

Nenhuma instituição apontava a *quantidade de interações* que seria necessária durante o curso. Apontar uma quantidade mínima de interações entre professor/tutor e aluno é uma forma de garantir a aprendizagem colaborativa.

As *mídias utilizadas para disponibilizar o conteúdo* estavam descritas em três instituições. Seis instituições não mencionavam explicitamente o tipo de mídia(s) utilizada(s). Como oito instituições apresentavam ambientes virtuais de aprendizagem como *recurso de aprendizagem*, pode-se deduzir que a mídia eletrônica predominava nestes cursos.

Apenas a FAC indicava a *necessidade de equipamentos técnicos para o acompanhamento do curso*. As demais universidades não mencionavam esta necessidade.

As *formas e os critérios de avaliação* de aprendizagem não eram informados por seis instituições. Três instituições apresentavam as formas de avaliação (somente prova; prova e atividades; e prova, atividades e leitura dirigida) e os critérios de avaliação.

Os *serviços de apoio acadêmico*, tais como tutoria, não eram mencionados por duas instituições. Estes serviços são importantes porque é por meio deles que os alunos podem sanar as dúvidas referentes ao conteúdo do material didático disponibilizado.

Os *serviços de apoio técnico*, entendidos como serviços de monitoria e tutorial para a instalação e uso de programas e ambientes virtuais de aprendizagem, apareciam no site de duas instituições. As demais não faziam menção a estes serviços.

Nenhuma instituição oferecia a *possibilidade de aulas teste* para avaliar aspectos como a interatividade e o material didático de apoio, bem como não apresentava **índices de evasão** dos cursos. Destaca-se que a possibilidade de aulas teste é sugerida pela ABED como aspecto a ser avaliado pelos potenciais alunos na escolha de um curso. Acredita-se que a falta de menção aos índices de evasão deva-se a recente implantação dos cursos de administração nas instituições.

A FAC era a única instituição que apresentava a *opinião de alunos*. Como as opiniões não tinham data de postagem, não se pode assegurar que se tratava realmente de depoimentos de ex-alunos da instituição.

Por fim, apenas duas instituições informavam sobre o *aceite de transferência e o aproveitamento de créditos* referente aos estudos realizados em cursos e programas presenciais, conforme estabelece o Decreto n. 5.622 de 19 de dezembro de 2005, Art. 3, parágrafo 2º.

Dos fatores analisados, destaca-se a falta de informação sobre a necessidade de tempo disponível para estudo e acompanhamento do curso, assim como os períodos obrigatórios presenciais, o que pode resultar em argumento de evasão.

A carência de informações, pela maioria das instituições, sobre seus cursos a distância é agravada por ocasionais problemas de acesso aos sites, como exemplo, a Universidade Federal do Espírito Santo, que apresentava a página em manutenção no momento da pesquisa. No entanto, no link “Informes” sobre EaD desta Universidade havia uma notícia, publicada em fevereiro de 2007, informando que o curso de administração a distância era um dos melhores do país, segundo uma pesquisa realizada pelo Banco do Brasil com 20 instituições brasileiras.

5.5 Guia para a divulgação de cursos e programas a distância via Web

A quantidade e a qualidade das informações disponibilizadas nos sites das instituições consultadas, confrontadas com as recomendações citadas pela literatura e baseada na experiência das autoras deste estudo permitiu elaborar o seguinte guia para a divulgação de cursos e programas a distância ofertados por instituições brasileiras via *Web*:

- pré-requisitos para ingresso: titulação exigida, aprovação em processo seletivo ou processo seletivo por histórico escolar
- número ideal de horas de estudo por dia/semana
- competências e habilidades tecnológicas necessárias
- existência de módulo introdutório – obrigatório ou facultativo – que leve ao domínio de conhecimentos e habilidades básicas referente à tecnologia utilizada e/ou ao conteúdo programático do curso
- custos diretos e indiretos envolvidos, referentes por exemplo, a mensalidades e material didático
- condições para interromper temporariamente ou prorrogar os estudos
- condições para abreviar a duração do curso, conforme prevê o artigo 47, parágrafo 2º. da Lei 9.394/96
- fonte de recursos de ajuda financeira, tais como FIES, ProUni ou financiamento do curso pela própria instituição provedora do curso a distância
- documentos legais que autorizam o funcionamento do curso
- parcerias com outras instituições
- nível do curso
- grade-curricular, com número de créditos por disciplina, carga horária por disciplina, nome do professor da disciplina e respectiva titulação; link para um mini-curriculo é aconselhável
- carga horária
- duração mínima e máxima
- ementa das disciplinas, discriminando objetivo da disciplina, sumário, formas (provas, atividades e leitura dirigida) e critérios de avaliação e bibliografia
- períodos/locais de presença obrigatória para provas, estágios ou aulas de laboratório
- tipos de interação e de comunicação oferecidos para contato com o professor ou tutor, por exemplo, ambiente virtual, e-mail, fórum, chat, encontros presenciais, videoconferência e teleconferência
- interação necessária com o professor ou tutor, por exemplo, número mínimo de participações em chat ou fóruns
- mídia(s) utilizada(s) (impressa ou eletrônica) para disponibilizar o conteúdo (no caso de cursos on-line, as características mínimas que o equipamento do aluno deve ter e a disponibilidade de aluguel)
- serviços de apoio acadêmico, por exemplo, laboratório de informática, biblioteca, midiateca, suporte de comunicação, serviço de tutoria
- recursos de aprendizagem, por exemplo, ambiente virtual
- serviços de apoio técnico, tais como monitoria e tutorial para instalação de programas
- número de vagas destinado a política de cotas e aos alunos do Exame Nacional de Cursos
- contato com a instituição e com o coordenador do curso
- possibilidade de aulas teste para avaliar aspectos como interatividade e material
- opinião de alunos e ex-alunos
- índices de evasão
- se aceita transferência e aproveita estudos realizados em cursos e programas presenciais

6 Considerações finais

As tecnologias de comunicação e informação tornaram a aprendizagem mais flexível e permitiram mais interatividade entre o instrutor e o aprendiz e, deste, com os demais integrantes do curso e/ou programa.

A exigência de atualização contínua (*lifelong learning*) faz com que provedores de cursos a distância vejam esse setor como um mercado promissor, em franca expansão. Nesse contexto, a proliferação de cursos e programas vem aumentando ano a ano. A preocupação que se tem neste sentido, é quanto à qualidade dos cursos ofertados. Neste sentido, as informações apresentadas neste artigo podem ser de valia para orientar potenciais estudantes.

Por outro lado, podem auxiliar provedores de cursos a distância a melhor divulgar seus cursos e, conseqüentemente, diminuir as taxas de evasão, pois um potencial aluno bem informado sobre a proposta e as exigências do curso tem mais chance de sucesso do que um aluno que se inscreve em um curso para depois obter informações sobre seus direitos e deveres, bem como das atitudes exigidas de um bom aluno de cursos a distância.

Referências:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. *EaD - Sobre a ABED*. (2007). Disponível em: <<http://www2.abed.org.br/eadfaq.asp>>. Acesso em: 20 set. de 2007.
- ALVES, J. R. M. (1999). *Educação a distância e as novas tecnologias de informação e aprendizagem*. Disponível em: <<http://www.engenheiro2001.org.br/programas/980201a1.htm>>. Acesso em: 8 set. 2006.
- ALVES, J. R. M. (2005). *Os reflexos da nova regulamentação da educação a distância: Estudo técnico sobre o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação*. Disponível em: <<http://www.ipae.com.br/et/14.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2006.
- ANDERSON, T.; ELIOUMI, F. (2004). *Theory and practice of online learning*. Athabasca University: Athabasca. 2004. Disponível em: <http://cde.athabasca.ca/online_book>. Acesso em: 19 out. 2004.
- ANOHINA, A. (2005). Analysis of the terminology used in the field of virtual learning. *Journal of Educational Technology & Society*, 8 (3), p. 91-102. Disponível em: <http://www.ifets.info/journals/8_3/9.pdf>. Acesso em: jun. 2007.
- BARKER, K. (1999). *Quality guidelines for technology-assisted distance education*. Vancouver. Disponível em: <<http://www.futured.com/pdf/distance.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2006.
- BRASIL. *Formulário de verificação in loco*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/formverifinloco-ead.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2006.
- BRASIL, Ministério da Educação. (2005). *Decreto n. 5622, de 19 de dezembro de 2005*. Regulamenta o artigo 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispondo sobre o credenciamento de instituições para a oferta de cursos e programas de educação, na modalidade a distância. *DOU*, Brasília, n. 243, p 1-4, seção 1. 20 dez. 2005.
- CASTRO NEVES, C. M. de. (2003). *Referencias de qualidade para cursos a distância*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ReferenciaisdeEAD.pdf>>. Acesso: 16 jun. 2007.
- CERNY, R. Z. et al. (2003). O uso didático do material impresso. In: DEMO, P. *A escola e as suas linguagens: Uma Pedagogia para os meios*. Itajaí: Secretaria Municipal de Educação.
- INSTITUTO DE PESQUISAS AVANÇADAS EM EDUCAÇÃO. (2007). *Instituições de ensino superior credenciadas para programas de educação a distância*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <val.schmitt@gmail.com> em 13 fev. 2007.
- INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR CONTINUING EDUCATION & TRAINING. (2006). *Criteria and Guidelines for Quality Continuing Education and Training Programs: The CEU and Other Measurement Units*. Washington. Disponível em:

<<http://www.iacet.org/documents/pdfs/CriteriaandGuidelines&Application03.09.06.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2006.

KEEGAN, D. (1996). *Foundations of distance education*. 3a. ed. London and New York: Routledge.

LEZBERG, A. K. (2003). Accreditation: Quality control in higher distance education. In: MOORE, M. G.; ANDERSON, W. G. (Edit) *Handbook of distance education*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. (1996). *Distance education: a systems view*. United States: Wadsworth Publishing Company.

NUNES, I. B. (1993-1994). Noções de educação a distância. *Revista Educação a Distância*, n. 4/5, p. 7-25. Disponível em: <<http://www.rau-tu.unicamp.br/nou-rau/ead/document/?view=3>>. Acesso em: 24 jun. 2007.

PETERS, O. (2003). *A educação a distância em transição: tendências e desafios*. São Leopoldo: Editora Unisinos.

RICHARDSON, R. J. Colaboradores: PERES, J. A. de S., et al. (1999). *Pesquisa Social: Métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

RUMBLE, G. (2000). A tecnologia da educação a distância em cenários do terceiro mundo. In: PRETI, O. (Org.). *Educação a Distância: Construindo significados*. Cuiabá: NEAD/UFMT; Brasília: Plano. Disponível em: <http://www.nead.ufmt.br/NEAD2006/publicacao/download/EADtecnologias_Rumble_I02.doc>. Acesso em: 31 ago. 2006.

SHERRY, A. C. (2003). Quality and its measurement in distance education. In: MOORE, M. G.; ANDERSON, W. G. (Edit). *Handbook of distance education*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

STRONG, R.; HARMON, E. G. (1997). Online graduate degrees: A review of three internet-based master's degree offerings. *American Journal Of Distance Education*, v. 11, n. 3, p. 58-70.

TAYLOR, J. C. (2001). Fifth Generation Distance Education. In: *20th ICDE WORLD CONFERENCE ON OPEN LEARNING AND DISTANCE EDUCATION - THE FUTURE OF LEARNING - LEARNING FOR THE FUTURE: SHAPING THE TRANSITION*, Düsseldorf, Germany. Disponível em: <http://www.fernuni-hagen.de/ICDE/D-2001/final/keynote_speeches/wednesday/taylor_keynote.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2007.

Sites acessados em outubro 2007:

Universidade Estadual do Maranhão - <http://www.nead.uema.br/>

Universidade Federal de Ouro Preto - <http://www.cead.ufop.br/>

Universidade Federal do Ceará - <http://www.vdl.ufc.br/graduacao/>

Universidade Federal do Espírito Santo - <http://www.nead.ufes.br/>

Universidade Federal do Mato Grosso -
http://www.nead.ufmt.br/NEAD2006/principal.aspx?area=detalhe_curso&cod_curso=7&cod_tipo=1

Faculdade de Administração de Brasília - http://www.aiec.br/cursos_perfil.asp

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - <http://www.ead.ufms.br/portal/index.php>

Universidade Federal do Pará - <http://www.adm-ead.ufpa.br/> -

Universidade Federal do Paraná - http://www.nead.ufpr.br/adm_ead/index.php - (<http://www.nead.ufpr.br/>).